



Montagem de blitzes em rodovias de cidades, principalmente do Nordeste, pode ter atrapalhado deslocamento para seções eleitorais. Convocado pelo TSE para explicar operações, diretor da corporação nega as denúncias

PRF é acusada de dificultar votação

» TAINÁ ANDRADE
» GABRIELA ORNELAS

No decorrer do domingo, diversos relatos, grande parte deles com vídeo, foram divulgados nas redes sociais com denúncias de operações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) que estariam dificultando a chegada dos eleitores aos locais de votação em vários estados. Os registros dos episódios ocorreram sobretudo em estradas da região Nordeste. Agentes foram acusados de realizar blitzes e colocar barricadas para dificultar o deslocamento dos cidadãos. Um dia antes, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) havia proibido ações do tipo e, por isso, convocou o dirigente da corporação para explicar o descumprimento da decisão.

Moradores de cidades como Cuité (PB), Jacobina (BA), Benevides (PA) e Garanhuns (PE) denunciaram a polêmica operação. O prefeito do município de Cuité, Charles Camaraense (Cidadania), afirmou, em um vídeo divulgado na internet, que a PRF realizou uma blitz na entrada da cidade, "impedindo que o povo possa vir votar". No Rio de Janeiro, eleitores mostraram o longo engarrafamento formado por uma operação da polícia em conjunto com o Exército, na ponte Rio-Niterói. "Em Niterói, Lula ganhou no primeiro turno. Estariam tentando impedir ou

atrapalhar eleitores?", questionou um internauta.

Em um relatório interno da PRF, constava que, até a hora do almoço, cerca de 610 ônibus que faziam o transporte de eleitores tinham sido parados. O número é 70% maior do que o das operações realizadas no primeiro turno, no último dia 2. De acordo com um levantamento da Globo, a distribuição das primeiras 549 operações foi de: 272 no Nordeste (49%), 122 no Centro-Oeste (22,22%), 59 no Norte (10,7%), 48 no Sudeste (8,74%) e 48 no Sul (8,74%).

Notícia-crime

As operações realizadas vão contra a decisão tomada na véspera das eleições pelo presidente do TSE, Alexandre de Moraes, proibindo a PRF de realizar ações de fiscalização nos transportes públicos disponibilizados aos eleitores. A determinação foi tomada com base em uma notícia-crime apresentada pelo PT que denunciava o desvio de finalidade da corporação para beneficiar a reeleição de Jair Bolsonaro (PL). "Trata-se de fatos graves que justificam a atuação célere e a adoção de medidas adequadas no intuito de preservar a liberdade do direito de voto, no qual concebido o acesso ao transporte gratuito no dia do pleito", ressaltou o ministro.

A medida que as denúncias de descumprimento foram surgindo, o TSE pediu explicações urgentes ao diretor-geral da PRF, Silvinei Vasques, sobre as motivações das ações. Moraes também determinou multa pessoal de R\$ 100 mil por hora a Vasques, além do afastamento das suas funções e responsabilização criminal por desobediência e crime eleitoral se não cumprisse a intimação.

Após uma conversa com Vasques, o ministro disse, em coletiva, que as operações realizadas no país, especialmente no Nordeste, não impactaram a votação, tendo como base informações de todos os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), da PRF e dos próprios eleitores. "Não há nenhum eleitor que disse que deixou de votar, que voltou à origem. (As operações) foram realizadas com base no Código de Trânsito Brasileiro. Isso, em alguns casos, retardou a chegada de eleitores à sessão eleitoral, mas em nenhum caso impediu os eleitores de chegarem às sessões eleitorais. As vitórias foram feitas em ônibus sem condições de transitar, mas esses ônibus em nenhum momento retornaram à origem. Ou seja, eles



Operação com o Exército resultou em grande engarrafamento na Ponte Rio-Niterói: segundo tribunal, ninguém foi impedido de votar no país

Reprodução/Redes Sociais



Eleitores denunciam assédio eleitoral em estradas nordestinas

Marcello Casal Jr./Agência Brasil



Diretor da PRF, Silvinei Vasques: risco de responsabilização criminal



Trata-se de fatos graves que justificam a atuação célere e a adoção de medidas adequadas no intuito de preservar a liberdade do direito de voto"

Alexandre de Moraes, presidente do TSE

prossegiram ao destino final e os eleitores votaram", explicou Alexandre Moraes, em coletiva.

Aliados do alto escalão de Jair Bolsonaro (PL) afirmaram que o descumprimento foi uma tentativa de fazer com que Moraes tomasse uma medida mais extrema. A intenção era que cedesse no horário da eleição, prorrogando o fim das votações e oferecendo uma chance a mais de reverter o resultado a favor do atual gestor.

Defesa

Depois do pronunciamento de Moraes, a PRF se defendeu

informando que enviou ofício aos superintendentes determinando o "fiel cumprimento da aludida decisão". A corporação também ressaltou que é parceira do TSE em todos os períodos eleitorais e sempre trabalha para garantir o direito ao voto e a segurança dos cidadãos. "Particularmente em período de eleições, a instituição é parceira do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) visando auxiliar na garantia da segurança do direito ao voto", diz a nota.

Para comprovar o objetivo

do trabalho executado, a polícia disponibilizou as porcentagens e garantiu que houve reforço no policiamento, mas não mencionou nenhuma das denúncias feitas por eleitores pelas redes sociais. Segundo a PRF, houve redução de 43% de mortes e 72% de feridos em acidentes de trânsito nas rodovias federais. Além disso, o órgão garantiu que fez a escolha de 794 urnas para o cumprimento da votação no segundo turno e apreendeu R\$ 4,5 milhões em 12 ocorrências. A corporação não detalhou os locais onde as ações aconteceram.

MPT recebe mais 2,5 mil denúncias de assédio

RAFAEL OHANA/CB/D.A PRESS



Órgão fez plantão no fim de semana: maioria das queixas no Sudeste

» MICHELLE PORTELA

O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 2.544 denúncias de assédio eleitoral ao longo do segundo turno das eleições gerais de 2022, de acordo com o último boletim do órgão emitido próximo às 18h de ontem. O órgão montou um regime de plantão durante todo o fim de semana para receber os relatos — só ontem, foram 97 denúncias, indicou o documento.

Ao todo, 1.945 empresas foram denunciadas (Veja quadro).

Entre as regiões, o Sudeste lidera com 1.004 queixas de assédio moral ocorridos em 759 empresas. No Sul, houve 749 casos registrados, envolvendo 562 firmas. Norte e Nordeste têm 132 e 446 denúncias, e 83 e 363 empresas intimadas, respectivamente. O Centro-Oeste registra 213 casos e 178 empresas denunciadas.

No DF, o MPT recebeu 41 reclamações de pessoas vítimas de assédio eleitoral ocorridos em 32 empresas. Durante as eleições de 2018, apenas 212 queixas foram apresentadas ao MPT contra 98 empresas.

Pelo país		
Região	Denúncias	Empresas
Norte	132	83
Nordeste	446	363
Centro-Oeste	213	178
Sudeste	1.004	759
Sul	749	562
TOTAL	2.544	1.945